



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletropar.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que nos dirigimos aos nossos acionistas e ao mercado em geral para compartilhar os desenvolvimentos e resultados da Eletropar neste ano de consolidação do novo modelo de governança e negócios da nossa controladora, a Eletrobras.

Em 2024 prosseguiremos os esforços para simplificação da estrutura societária da Eletrobras. A Eletropar está, certamente, inserida neste processo. De fato, a companhia divulgou Fato Relevante, em 11 de agosto 2023, informando que o seu Conselho de Administração aprovou o início dos trabalhos para a avaliação da possibilidade da incorporação da Eletropar pela Eletrobras.

Em paralelo às providências necessárias para tal diretriz, mantivemos o foco em gerenciar nosso portfólio de investimentos em sintonia com o atual momento econômico do país, em tornar ainda mais robustos os controles de nossos processos e o acesso a informações de arquivo e, proativamente, oferecer o máximo suporte operacional ao trabalho do Comitê Independente estabelecido para atuar no processo da eventual incorporação. Tudo isso com o objetivo de tornar mais seguro e transparente este processo, enquanto prosseguimos gerando valor para os nossos acionistas.

Nossa estratégia empresarial continua a ser fundamentada no retorno financeiro seguro, não especulativo, para os nossos acionistas. Estamos comprometidos em conduzir nossos negócios de forma responsável, promovendo práticas éticas, em linha com a cultura de nossa controladora, "pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente".

Os resultados financeiros da carteira de ativos de renda variável no ano de 2024, em função das circunstâncias atuais do mercado, mostraram-se inferiores aos do fechamento de 2023, porém superaram com folga o índice de referência, o IEE (índice de desempenho médio das cotações dos ativos de maior liquidez e representatividade do setor de energia elétrica na B3). Nossas aplicações em renda fixa estão alocadas em fundos de alta liquidez e baixo risco, com desempenho, em média, superior à taxa SELIC, que serve como *benchmark* para a carteira de renda fixa.

As despesas de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) sofreram uma redução de 10,27% em relação a 2023. Vale destacar que o lucro líquido da companhia segue robusto, da ordem de R\$ 26 milhões, correspondentes a R\$ 2,21 por ação. O EBITDA também registra aumento, totalizando R\$ 22,6 milhões, contra R\$ 18,8 milhões em 2023. As receitas operacionais tiveram um aumento em 2024, atingindo cerca de R\$ 29,3 milhões, favorecidas por eventos macroeconômicos que influenciaram os retornos em renda fixa do período.

Assim, quando olhamos para o futuro, mantemos nosso compromisso e determinação em buscar ética e excelência em tudo o que fazemos. Nosso compromisso com a criação de valor para nossos acionistas permanece firme, e estamos confiantes de que, juntos, trilharemos o melhor caminho.

Finalmente, agradecemos às instâncias de governança da Eletrobras, aos nossos conselheiros, colaboradores e demais públicos de interesse pelo apoio e contribuições. Muito obrigado e boa leitura!

Renan dos Santos Antunes
Presidente do Conselho de Administração Eletropar

Raul Soller
Diretor-Presidente da Eletropar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

A Administração da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar ("Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2025, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 31 de março de 2025, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão da Companhia no ano de 2024.

FATO RELEVANTE

A Companhia publicou, em 16 de setembro de 2024, Comunicado ao Mercado informando que o Comitê Independente, após um amplo processo de negociação livre entre seus membros, deliberou sobre a relação de troca de ações da ELETROPAR por ações da ELETROBRAS, a ser adotada para a Incorporação. O Comitê recomendou uma relação de troca de 1 (uma) ação ordinária da ELETROPAR (LIPR3) para 0,80 (zero vírgula oito) ação ordinária da ELETROBRAS (ELET3).

No dia 28 de março de 2025, foi divulgado fato relevante dando sequência ao publicado em 11 de agosto de 2023 e ao comunicado ao mercado de 16 de setembro de 2024, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia resolveu, nesta data, submeter aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia a Proposta de Administração para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 29 de abril de 2025, a qual propõe aos acionistas da Companhia a incorporação da ELETROPAR pela ELETROBRAS.

ATIVIDADE OPERACIONAL

A Eletropar, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – Lightpar, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A companhia tem demonstrado uma sólida saúde econômica e financeira, caracterizada pela ausência de endividamento tanto de curto quanto de longo prazo, além de uma boa liquidez, como se verifica na tabela a seguir:

	2024	2023
Liquidez Geral	3,64	6,42
Liquidez Corrente	4,32	10,81
Endividamento total sobre Ativo	11,55%	5,16%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	11,48%	8,81%
Margem Líquida	88,94%	72,91%

Com a conclusão do processo de desestatização da ELETROBRAS, a partir de 17 de junho de 2022, a ELETROPAR passou a reunir as condições necessárias para atuar, integralmente, sob o regime do direito privado, mantida a sua condição de sociedade anônima aberta controlada pela ELETROBRAS. Como consequência de passar a ser uma empresa privada, a Eletropar deixou de ser classificada como uma empresa integrante da Administração Pública.

Não obstante, a Eletropar permanece sujeita a controles realizados periodicamente por Auditoria Interna e por Auditoria Externa independente. Assim, foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT.

Convém ressaltar que a Eletropar, por ser uma companhia aberta, com ações negociadas na Bolsa de Valores, está sujeita, ainda, à observância de normas regulamentares estabelecidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que é o órgão normativo e supervisor do Sistema Financeiro Nacional.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos na carteira da Eletropar, em 31/12/2024, apresentou a composição da Tabela a seguir. Para tal, foi considerado o preço de fechamento observado no último pregão da Bolsa de Valores B3 de 2024.

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA (%)	Valor de Mercado (R\$) mil
ISA Energia ¹	PN	4.800.800	0,73	106.770
EMAE ²	PN	523.911	1,42	22.004
Eletronet ³	ON/PN	149.999.999	49,00	-
TAESA ⁴	UNIT	660.000	0,06	21.688

¹ Isa Energia Brasil S.A.

² Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE

³ Eletronet S.A. – Eletronet – empresa de capital fechado

⁴ Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

As participações nas investidas Eletronet, ISA Energia (anteriormente denominada Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. – CTEEP) e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo que na ISA Energia e EMAE, esse método de avaliação ocorre pelo fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação maior do que 20% no capital social destas empresas, o que as caracteriza como coligadas da Eletrobras. Os eventos relativos à investida Eletronet estão descritos na Nota Explicativa nº 6. Conforme o Acordo de Acionistas da Eletronet, a participação da Eletropar na companhia é composta de 149.999.001 ações ON mais 998 ações PN.

Na investida TAESA foi realizada a mensuração por meio da aplicação do método do "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" (VJORA), conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS9 – Instrumentos Financeiros.

Esta última participação possui cotação de mercado, sendo a contrapartida decorrente de tal avaliação reconhecida como resultado abrangente, registrada no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

A tabela a seguir apresenta o valor justo do ativo financeiro classificado como disponível para venda:

	2024	2023
TAESA	21.688	25.331
	21.688	25.331

NEGÓCIO ELETRONET

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas baseada em cabos tipo OPGW (*Optical Ground Wire*) instalados em parte da infraestrutura de transmissão sob concessão de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletro Norte") que, quando citadas em conjunto, são denominadas "Cedentes", companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras").

A operação foi estruturada, originalmente, por meio da celebração de dois contratos coligados, em 22 de agosto de 1999, quais sejam, o Contrato de Cessão de Direito de Uso da Infraestrutura, celebrado entre ELETROPAR e as Cedentes - ECE 1166/99 ("Contrato de Cessão") e o Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e ELETROPAR – ECE 1165/99 ("Contrato de Acesso") - em conjunto "Contratos de Compartilhamento".

O objeto da companhia compreende a oferta de soluções de telecomunicações e conectividade com serviços de Transporte de dados e Trânsito IP de alta velocidade em longa distância para operadoras de telecomunicações, provedores de internet e serviços de valor agregado, a partir do acesso a uma rede de fibras ópticas com abrangência nacional, integrada às redes de transmissão de energia elétrica.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios nos primeiros anos da década de 2000, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida ("Processo Falimentar").

No dia 15 de dezembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., na qual os credores presentes aceitaram os termos do acordo de redução das dívidas da Companhia, e deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos. Foi, então, declarado o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Desde então, a Eletronet S.A. vem trabalhando em estratégias para resolver as dívidas remanescentes do acordo firmado junto aos credores, e que possibilitou o encerramento da falência, enquanto realiza os investimentos necessários para manter sua relevância e competitividade no mercado de telecomunicações.

As Demonstrações Contábeis de 2024 da Eletronet registram que esta companhia possui capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do processo de reestruturação em curso e plano traçado, que inclui a renovação do Contrato de Cessão de direitos para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras.

Maiores detalhes, inclusive no que diz respeito à situação atual dos citados Contratos de Compartilhamento, são apresentados na Nota Explicativa nº 7.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da Eletropar é de R\$ 118.055, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2024:

	NÚMERO DE ACIONISTAS		AÇÕES	
		Número		(%)
Eletrobras	1	9.848.904	83,71	
Minoritários	28.545	1.915.985	16,29	
Total	28.546	11.764.889	100,00	

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 19,28 por ação. Em 31 de dezembro de 2023, o valor patrimonial era de R\$ 18,46 por ação.

RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, é realizado pelo Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas antes efetuado pelo Banco Bradesco, atualmente é realizado pelo Banco Itaú, instituição financeira custodiante das ações, e pela própria Eletropar.

O quadro a seguir apresenta um resumo das negociações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 2024 e 2023:

	2024	2023
Quantidade total negociada	10.100	14.200
Volume total (R\$)	524.284	1.000.100
Nº Total de negócios	97	126
Fechamento - último pregão do ano (R\$/ação)	42,00	72,00

Fonte: Quantum Axis

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da ELETROPAR é composto, dada a sua condição de empresa de participações, de rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações em Fundos de Investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, além de CDB do Banco Bradesco.

No exercício de 2024, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 26.043, superior em 36,14% ao resultado apresentado no exercício social anterior de 2023, quando a empresa obteve lucro líquido de R\$ 19.130.

As receitas operacionais de 2024, no montante de R\$ 29.280, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia, sendo superior em 11,59% aquelas auferidas no exercício social de 2023 no montante de R\$ 26.239. Vale destacar que a receita inclui a equivalência patrimonial que não tem efeito direto no caixa da companhia.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto do resultado de equivalência patrimonial das investidas ISA Energia e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pela investida TAESA, esta última avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Os gráficos a seguir trazem a composição das receitas líquidas no exercício social de 2024 e comparativos com 2023:

Gráfico 1: Composição da Receita Total

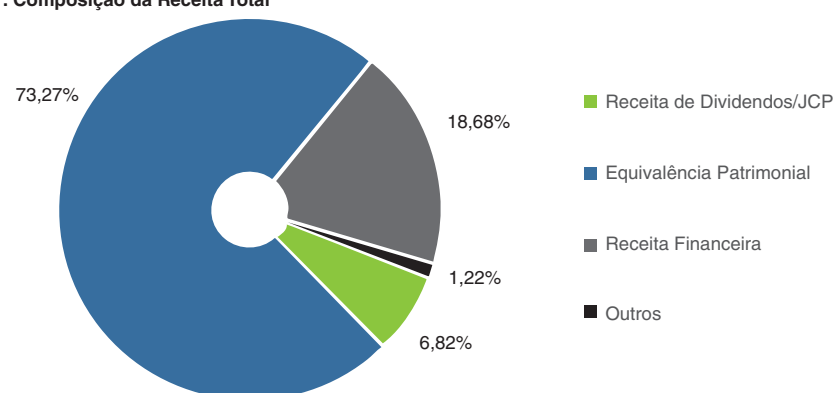


Gráfico 2: Receita de Dividendos/JCP por investida

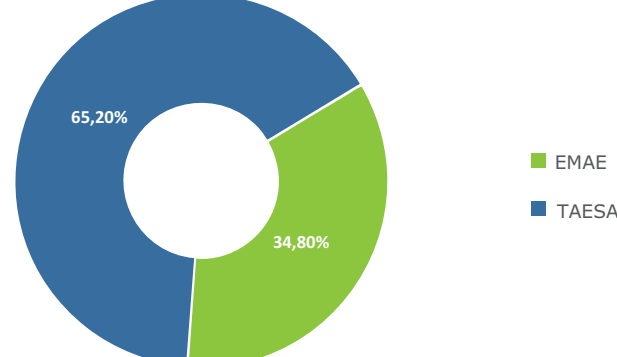


Gráfico 3: Comparativo 2024 versus 2023 - Receita de Dividendos/JCP por investida

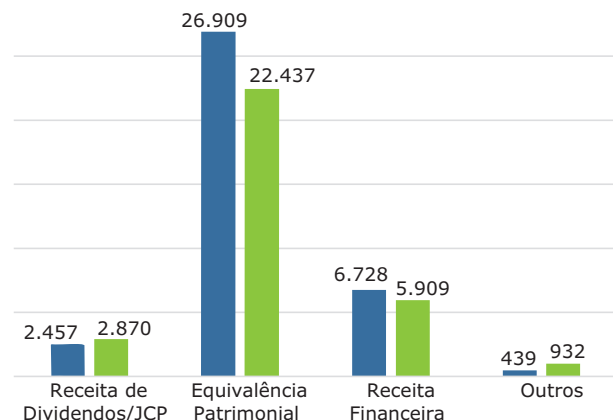
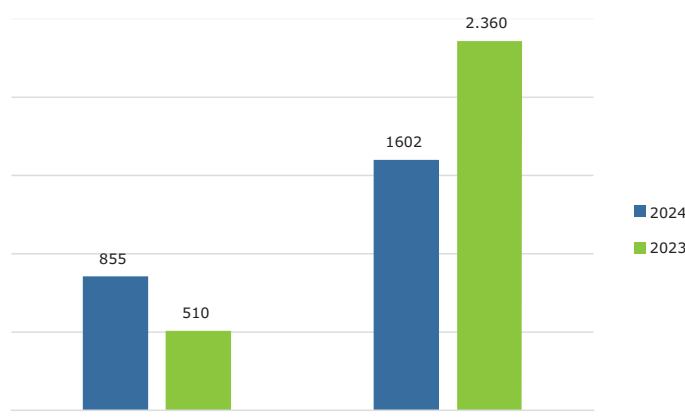


Gráfico 4: Comparativo 2024 versus 2023 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2024, no montante de R\$ 6.728, reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações nos Fundos de investimentos do Banco do Brasil, Caixa Econômica e CDB Bradesco. Este resultado representa aumento de 45,4% quando comparado ao apurado no exercício de 2023, cujo valor foi de R\$ 4.628. O efeito pode ser explicado pelo aumento do volume financeiro aplicado nos fundos, aliado à melhor performance dessas aplicações, em função das condições favoráveis de mercado.

As despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 6.655 no exercício de 2024. Observa-se uma redução de 10,27% em relação ao período de 2023, quando seu valor foi de R\$ 7.417. Em 2024, houve a redução 20,7% na linha de serviços de terceiros, devido aos menores gastos com serviços de consultoria.



PRINCIPAIS INDICADORES

A tabela a seguir traz os principais indicadores econômicos e financeiros da Eletropar relativos ao exercício de 2024, comparados com os de 2023:

	2024	2023
Receitas Operacionais	29.280	26.239
Receitas Financeiras	6.728	5.909
Receita Total	36.008	32.148
Resultado Abrangente	26.546	23.160
EBITDA (R\$ Mil)	22.626	18.822
Lucro Líquido (R\$ Mil)	26.043	19.130
Margem EBITDA	77,27%	71,73%
Margem Líquida	88,94%	72,90%
Lucro Por Ação - Básico e Diluído (R\$)	2,258277	1,62602

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Estatuto Social da Companhia estabelece, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária.

Este estatuto prevê ainda, em seu Art. 21, inciso XX, que é da competência do Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável.

A Administração da ELETROPAR, com base no artigo 189 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei n.º 11.638/2007 e na Lei n.º 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2024, no percentual de 66,89% sobre o lucro líquido ajustado no exercício, acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 41, §1º do Estatuto Social da ELETROPAR, no valor total de R\$ 16.549, equivalente a R\$ 1,406618342 por ação ON, da seguinte forma:

- R\$ 8.122 correspondente a R\$ 0,690377674 por ação ordinária, já distribuído de forma antecipada em 03 de fevereiro de 2025 (vide nota 20); e
 - R\$ 8.426 a distribuir, correspondendo a uma distribuição de R\$ 0,716240668 por ação ordinária. Esse valor será atualizado com base na variação da taxa IPCA publicada a partir de 01/01/2025 até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente à correção monetária incidirá IRRF.

	Valores em R\$ na base 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	R\$ 26.042.821,51
(-) Reserva legal (5% do Lucro Líquido)	(R\$ 1.302.141,08)
(=) Lucro líquido ajustado	R\$ 24.740.680,43
(-) Dividendo mínimo obrigatório (25% LL Ajustado)	(R\$ 6.185.170,11)
Dividendos adicionais	R\$ 10.363.538,55
Dividendos Intercalares Pagos	R\$ 8.122.216,70
DIVIDENDOS A PAGAR	R\$ 8.426.491,96

AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia utiliza serviços de auditoria realizados por instituição independente. Estes serviços vêm sendo prestados pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. desde junho de 2024.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio recebido dos Acionistas e Conselheiros da Companhia, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram com a gestão da Eletropar neste exercício. Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023		NOTA	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	119	107	Contas a pagar	10	209	731
Títulos e valores mobiliários	5	68.753	61.268	Impostos e contribuições	8	112	564
Remuneração de participações societárias	6	9.633	8.994	Imposto de renda e contribuição social	8	2.059	77
Contas a receber com partes relacionadas	7, 16, 2	1.793	1.710	Dividendos a pagar		16.549	4.543
Impostos e contribuições	8	2.370	3.334	Outros		336	1.103
Imposto de renda e contribuição social		127	26			<u>19.265</u>	<u>7.018</u>
Outros		396	437	NÃO CIRCULANTE			
		<u>83.191</u>	<u>75.876</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8, 11, 2	3.569	4.808
NÃO CIRCULANTE						<u>3.569</u>	<u>4.808</u>
INVESTIMENTOS				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Avaliados por equivalência patrimonial	9	144.804	127.811	Capital social		118.055	118.055
Mantidos a valor justo	17	21.688	25.331	Reserva retenção de lucros		76.609	68.234
		<u>166.492</u>	<u>153.142</u>	Reserva legal		12.041	10.739
IMOBILIZADO				Reservas de lucros a realizar		14.790	14.790
		<u>28</u>	<u>30</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		5.382	5.403
TOTAL DO ATIVO		<u>249.711</u>	<u>229.047</u>	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>226.877</u>	<u>217.221</u>
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>249.711</u>	<u>229.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	29.353	23.450
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Resultado da equivalência patrimonial	(26.384)	(22.437)
Depreciação e amortização	2	-
	<u>2.971</u>	<u>1.013</u>
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(639)	(1.716)
Imposto de renda e contribuição social	(95)	-
Contas a receber com partes relacionadas	(83)	-
Ativos fiscais a compensar	964	(1.464)
Outros	33	17
	<u>180</u>	<u>(3.163)</u>
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		
Remuneração aos acionistas	11.240	284
Tributos e contribuições sociais	(3.895)	(2.353)
Contas a pagar	(522)	(23.392)
Obrigações estimadas	2.059	(291)
	<u>8.883</u>	<u>(25.752)</u>
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	11.774	12.157
Imposto de renda e Contribuição social pagos	56	(3.338)
Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	23.863	(19.083)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de remuneração aos acionistas	(16.549)	(27.864)
Aquisição de ativo imobilizado	-	10
Aplicações financeiras (TVM)	(7.485)	2.078
Alienação de investimento	-	44.699
Dividendos prescritos	183	-
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades de investimento	(23.851)	18.923
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa	12	(160)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	107	267
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	119	107
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa	12	(160)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Em continuidade aos citados informes, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado em 16 de setembro de 2024 divulgando que o Comitê Independente, após amplo processo de livre negociação entre seus membros sobre a relação de troca de ações de emissão da ELETROPAR por ações de emissão da ELETROBRAS a ser adotada para fins da Incorporação, concluiu pela recomendação de uma relação de troca de 1 (uma) ação ordinária de emissão da ELETROPAR (LIPR3) por 0,80 (zero vírgula oito) ação ordinária de emissão da ELETROBRAS (ELET3).

NOTA 3 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as normas do IFRS, representam informação contábil adicional.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas nas notas explicativas.

3.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico corresponde aos custos incorridos na aquisição ou elaboração de ativos e o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir passivos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.4.1 – Novas normas contábeis

3.4.1.1 Pronunciamento novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acréscimos exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	NOTA	01/01/2024 à 31/12/2024	01/01/2023 à 31/12/2023
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos e juros sobre capital próprio		2.457	2.870
Equivalência Patrimonial	9	26.384	22.437
Outras receitas		439	932
Receita operacional		<u>29.280</u>	<u>26.239</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e Honorários		(1.514)	(1.768)
Serviços de terceiros		(2.726)	(3.438)
Tributos e contribuições		(1.518)	(1.486)
Provisões operacionais		(831)	(658)
Outras despesas		(67)	(67)
		<u>(6.655)</u>	<u>(7.417)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>22.626</u>	<u>18.822</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>6.728</u>	<u>4.628</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		<u>29.353</u>	<u>23.450</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(3.310)	(4.320)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12	<u>26.043</u>	<u>19.130</u>
Resultado por ação - básico (ON)		2,2136053736	1,6260285465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS (DESPESAS)		
Outras Receitas	439	932
PECLD - Consumidores e Revendedores	21.482	-
Outras receitas e despesas operacionais	(21.482)	-
	<u>439</u>	<u>932</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, serviços e outros	(2.728)	(3.452)
	<u>(2.728)</u>	<u>(3.452)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.289)	(2.520)
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	-	-
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.289)	(2.520)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	28.841	25.307
Receitas financeiras	6.728	5.909
	<u>35.570</u>	<u>31.216</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	33.281	28.695
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL		
Remuneração direta	1.522	1.768
	<u>1.522</u>	<u>1.768</u>
TRIBUTOS		
Federal/Estadual/Municipal	4.828	5.806
	<u>4.828</u>	<u>5.806</u>
ENCARGOS SETORIAIS		
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros	1.171	1.245
Aluguéis	265	202
Outras	(547)	544
	<u>889</u>	<u>1.991</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Juros sobre o capital próprio	-	-
Dividendos propostos	6.185	4.543
Lucros retidos	19.858	14.587
	<u>26.043</u>	<u>19.130</u>
	<u>33.281</u>	<u>28.695</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

Nota 12	Capital Social	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de Lucros			Lucro / Prejuízos Acumulados	Outros Resultados dos Abrangentes	Patrimônio Líquido
			Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Realizar			
Em 31 de dezembro de 2023	118.055	-	10.739	68.234	14.790	-	5.403	217.221
Dividendos prescritos em investimento	-	-	-	183	-	-	-	183
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(3.643)	(3.643)
IR/CSLL Diferidos	-	-	-	-	-	-	1.239	1.239
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	-	2.383	2.383
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.043	-	26.043
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(6.185)	-	(6.185)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(10.364)	-	(10.364)
Constituição de Reservas	-	-	1.302	8.192	-	(9.494)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	118.055	-	12.041	76.609	14.790	-	5.382	226.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de Reais)

Nota 12	Capital Social	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de Lucros			Lucro / Prejuízo Acumulados	Outros Resultados dos Abrangentes	Patrimônio Líquido
			Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Realizar			
Em 31 de dezembro de 2022	118.055	21.416	9.782	38.506	14.790	-	17.471	220.020
Realização da reserva de retenção de lucros pela aquisição da TAESA	-	-	-	(12.113)	-	12.113	-	-
Lucro na venda a Energias do Brasil	-	-	-	-	-	21.110	(21.110)	-
Dividendos pagos	-	(21.416)	-	-	-	-	-	(21.416)
IR/CSLL Diferidos	-	-	-	-	-	(5.012)	5.012	-
Avaliação ao valor justo instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	7.471	7.471
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	-	(3.442)	(3.442)
Lucro líquido do período								

"pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis.

3.4.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48- classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48- podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/ CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Não haverá impacto sobre as novas normas emitidas e que ainda não estão em vigor nas demonstrações contábeis.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	119	107
	119	107

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo com vencimentos originais de até 90 dias e à gestão de caixa da Companhia. O caixa e equivalentes de caixa apresentam alta liquidez e são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos é apresentado na tabela a seguir:

Títulos	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
BB Fundo de investimento Extramercado FAE2	7.561	17.249
BB ELT FIC FI RF LP	1.513	-
CEF Fundos de investimento Extramercado		
Comum IRFM-1	3.333	4.935
CEF Fundo de investimentos Diamante Cred.Corp	35.165	21.333
CEF Fundo de investimentos MEGA Referenciado DI	1.414	-
CDB Bradesco - Pós-fixado	19.767	18.311
	68.753	61.268

As aplicações financeiras encontram-se em Fundos de Investimentos Extramercado do Banco do Brasil - BB (FAE2) e da Caixa Econômica Federal - CEF (Comum IRFM-1), sendo grande parte de suas carteiras aplicada em títulos de emissão do Tesouro Nacional, apresentando liquidez imediata. Além destes, a Companhia também possui aplicações no Fundo de Investimento Crédito Corporativo Diamante RF e no Fundo de Investimento Mega Referenciado DI, ambos da CEF, e em Certificados de Depósito Bancário - CDB do Banco Bradesco.

Os fundos extramercado têm como meta buscar rentabilidade compatível com a variação do índice IRFM-1. O Fundo Diamante e Mega os quais são lastreado em títulos de crédito corporativos, tem como objetivo superar a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

O CDB do Banco Bradesco são títulos privados, sendo pós-fixados e indexados ao CDI.

Prática contábil

Refere-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 4. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 6 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos mantidos pela Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
ISA Energia Brasil S.A. (anteriormente denominada CTEEP Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista)	9.633	8.994
	9.633	8.994

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas coligadas, vide nota 9, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 7 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM A ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

a) A Eletronet - contexto

A ELETROPAR ingressou na operação Eletronet em 1999 subscrevendo 149.999.999 (cento e quarenta e nove milhões, novecentas e noventa e nove mil e novecentas e noventa e nove) ações da ELETRONET (49% do total), pelo valor total de R\$ 500,00 (quinhentos reais), base 1999, de acordo com as condições previstas no Contrato de Cessão de Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e de Fibras Ópticas (ECE n° 1166/99), por meio de um empréstimo desse valor realizado pelas empresas Cedentes (as concessionárias do citado sistema de transmissão de energia elétrica). De fato, em 1999, as Cedentes não possuíam previsão estatutária para atuar diretamente no ramo de telecomunicações. O empréstimo realizado gerou um direito para as Cedentes frente à ELETROPAR, correspondente à totalidade das ações da Eletronet detidas pela ELETROPAR (Cláusula 10.2.1 do Contrato de Cessão).

O direito gerado em favor das Cedentes poderá ser quitado de duas formas: i) transferência pela ELETROPAR, às Cedentes, das ações da Eletronet (Cláusula 10.2.1.1 do ECE n° 1166/99); ou ii) a venda das ações da Eletronet detidas pela ELETROPAR, no mercado, sendo revertido para as Cedentes o produto da venda (Cláusula 10.2.3 do ECE n° 1166/99).

Outro efeito decorrente desse cenário é que a Cláusula 10.1.1.2 do Contrato de Cessão estipula que os valores recebidos pela ELETROPAR relativos a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimentos provenientes de sua participação acionária na ELETRONET, devem ser repassados às Cedentes.

A remuneração da ELETROPAR associada à sua participação acionária na ELETRONET tem por base, exclusivamente, o gerenciamento dos interesses das Cedentes no Contrato de Cessão, e constitui-se do valor resultante da aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor bruto mensal recebido pela ELETROPAR da ELETRONET pelo uso da infraestrutura de fibras ópticas disponibilizadas pelas Cedentes. Os demais valores recebidos pela ELETROPAR provenientes de sua participação acionária na ELETRONET devem ser repassados às Cedentes.

Nos primeiros anos da década de 2000, a ELETRONET, ajuizou um pedido de auto-falência, que foi deferido mediante a continuidade de suas atividades sob a gestão de um administrador nomeado judicialmente. Em 15 de dezembro de 2015, um acordo entre os credores possibilitou a reabilitação empresarial da companhia e o encerramento da falência.

A vigência inicial dos Contratos de Cessão e do Contrato de Acesso era de 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração. Entretanto, sua vigência foi estendida para até 20 de fevereiro de 2020, por meio da celebração de um aditivo de prorrogação de prazo, para que produzisse efeitos até essa data, ou até a assinatura do instrumento que prorrogaria a relação entre as partes.

b) A continuidade da relação jurídica

Próximo ao fim da vigência dos Contratos de Cessão e de Acesso as partes celebraram o 9º termo aditivo ao Contrato de Cessão e o 5º termo aditivo ao Contrato de Acesso, no intuito de prorrogar a vigência desses instrumentos por mais 20 anos, até 2039. Contudo, para que o 9º aditivo ao Contrato de Cessão produzisse seus efeitos, este contrato deveria ser homologado pela ANEEL, de acordo com a Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP n° 001/99.

Na mesma oportunidade foram celebrados dois Contratos de Confissão de Dívida (CCD) para pacificar as divergências por fatos passados existentes entre as partes (CCD ELETRONET-ELETROPAR e seu coligado, o CCD ELETROPAR-CEDENTES). Os Contratos de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), referentes à data-base de 31/01/2019, definiram, assim, a questão sobre os montantes devidos pela

ELETRONET quanto à cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2020. Assim, a Eletrobras e as empresas Cedentes solicitaram à ANEEL, em 20/02/2020, por meio da correspondência CTA-PR-0581/2020, a homologação do Termo Aditivo n° 09 ao Contrato ECE1166/99. Dessa forma, a despeito da vigência do 9º Aditivo a partir de sua assinatura, suas disposições teriam eficácia somente após aprovados os seus termos pela ANEEL, em atendimento ao que prevê o art. 16 da Resolução Conjunta n° 001 da ANEEL/ANATEL e ANP (Cláusula 26.1 do 9º Termo aditivo ao contrato ECE 1166-99).

Contudo, o relator do processo solicitou a apresentação, pelas partes, de um novo contrato. Foi, então, apresentada à ANEEL, em 03/11/2020, minuta de Novo Contrato de Cessão para homologação pela Agência, mantendo as premissas do Termo Aditivo n° 9.

Em 17/05/2022 foi proferido, pela ANEEL, o Despacho n° 1.290/22, aprovando a celebração desse novo Contrato de Cessão do Direito de Uso de Infraestrutura entre as Cedentes e a Eletronet S.A., condicionando-a, contudo, ao atendimento de certas premissas pelas empresas.

Vale ressaltar que as premissas colocadas pela ANEEL demandaram ajustes na minuta do Novo Contrato, na forma como havia sido apresentada ao regulador. Por essa razão, foi necessário que as partes retomassem as negociações, inclusive em relação aos Contratos de Confissão de Dívida.

Entretanto, a questão Eletronet deverá ganhar nova dinâmica em 2025, uma vez que, em 20 de dezembro de 2024, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras publicou Comunicado ao Mercado informando que, nessa data, concluiu a assinatura de acordo com a LT - Bandeirante Empreendimentos Ltda., para aquisição da participação de 51% na Eletronet S.A. - Eletronet.

Com o resultado da transação, a ELETROBRAS poderá passar a controlar 100% da Eletronet, considerando a conclusão do potencial processo de incorporação da ELETROPAR pela ELETROBRAS. Este mesmo comunicado esclarece que a conclusão da operação está sujeita a condicionantes e ajustes usuais de mercado.

c) Créditos junto à Eletronet e obrigações frente às Cedentes:

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a receber (31/12/2024)
Contrato Confissão de Dívida - CCD, de 20/02/2020¹	207.040	-	207.040
MOU 27/11/2015²	15.000	-	15.000
MOU 05/11/2015³	25.864	-	25.864
ROW- CDD Eletronet - Eletropar - até 19/02/20¹	19.238	(19.238)	-
Saldo patrimonial da operação⁴	267.142	(19.238)	247.904

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a receber (31/12/2023)
Contrato Confissão de Dívida - CCD, de 20/02/2020¹	186.816	-	186.816
MOU 27/11/2015²	15.000	-	15.000
MOU 05/11/2015³	24.608	-	24.608
ROW- CDD Eletronet - Eletropar - até 19/02/20¹	19.238	(19.238)	-
Saldo patrimonial da operação⁴	245.662	(19.238)	226.424

¹CCD - Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras avenças, celebrado em 20/02/2020 entre a Eletronet, ELETROPAR e LT Bandeirante, tendo a ELETROBRAS e Cedentes como intervenientes anuentes.

²Memorando de Entendimentos celebrado entre a ELETROPAR, LT Bandeirante e Eletrobras em 27/11/2015. O valor de R\$ 15.000 mil corresponde a contrapartida pelo uso das fibras ópticas e respectiva infraestrutura nos três anos anteriores - 2013 a 2015 (Cláusula 3.2).

b) Resumo dos saldos de balanço e resultado

Descrição	2024		Resultado do Período
	Ativo	Passivo	
ISA Energia Brasil S.A.	42.001.254	42.001.254	19.714.851
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	2.087.293	2.087.293	1.184.722
Eletronet	637.687	637.687	(149.454)

c) Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	Participações	Saldo em 31/12/2023	resultados abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
ISA Energia Brasil S.A.	0,73%	112.380	1.369	(11.334)	25.567	127.982
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	1,42%	15.431	1.014	(439)	816	16.822
		127.811	2.383	(11.773)	26.383	144.804

d) Diferenças de práticas contábeis

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na ISA Energia a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações contábeis.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretária de Fazenda do Estado de São Paulo tem realizado nos valores cobrados pela ISA Energia em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC n° 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Segue, abaixo, o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da ISA Energia.

Ajuste Patrimônio Líquido ISA Energia	ISA Energia	Partic. 0,73%
Patrimônio Líquido 31/12/2024	19.714.581	143.646
Ajuste alinhamento políticas contábeis	(2.564.527)	(15.665)*
Saldo ajustado em 31/12/2024	17.150.054	127.981

* Note-se que o ajuste referente ao alinhamento de políticas contábeis é apurado considerando o valor total da diferença praticada a cada trimestre e considerando a participação da empresa no capital social da ISA Energia, que altera sempre que há alteração no número de ações detidas pela Companhia, como ocorreu na aquisição de 2021.

9.1 - Eletronet

Após o levantamento da falência da Eletronet, em 15 de dezembro de 2015 (ver Nota Explicativa 7), os administradores, empenhados em reverter a sua situação financeira e operacional, vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes.

Adicionalmente, verificamos que as Demonstrações Contábeis da Eletronet registram que a companhia possui capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto). Os planos da administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do processo de reestruturação em curso e plano traçado, que inclui a renovação do Contrato de Cessão de direitos para utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobras.

Como a Eletronet é uma coligada da ELETROPAR, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento.

De acordo com os itens 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do exercício da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Como a ELETROPAR não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (item vetado, na cláusula 2.3 do Acordo de Acionistas), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

NOTA 10 - CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Partes relacionadas	-	242
Terceiros	209	489
	209	731

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado operacional antes dos tributos IRPJ/CSLL	29.878	23.450
Total do IRPJ e CSLL calculado às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	10.159	7.973

	31/12/2024	31/12/2023
Efeitos de adições e exclusões:		
Tributos diferidos não reconhecidos/baixados	(9.723)	(7.629)
Equivalência patrimonial	150	5.861
JCP recebidos	(2.649)	(1.861)
Compensação de prejuízos fiscais	(24)	(24)
Demais Adições e exclusões permanentes	3.310	4.320
Total da despesa de IRPJ e CSLL	8.12%	18,42%

Os tributos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do exercício.

³Memorando de Entendimentos celebrado entre a ELETROPAR, LT Bandeirante, Furukawa, Alcatel e Eletrobras em 05/11/2015, Cláusula 2.1.iv - Credores Quirografários em Valor Superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) - Registre-se que estão em curso negociações entre as partes no sentido de esta dívida, eventualmente, venha a ser equacionada por meio de um desconto no valor devido e repactuação das condições de pagamento.

⁴ROW (*Right of Way*) - Direito de passagem, relativos ao período de jan/2016 a dezembro de 2017 (Instrumento Particular de Confissão de Dívida Eletronet-Eletropar, de 19/02/2018).

NOTA 8 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Ativo circulante	Passivo circulante		
IRRF¹	2.326	3.296	(12)	(12)
CSRF	69	63	(27)	(5)
PIS/COFINS	-	-	29	169
INSS/FGTS	-	-	41	63
Outros	(25)	(25)	81	349
IRPJ E CSLL	-	-	2.059	77
	2.370	3.334	2.171	641
	Ativo não circulante	Passivo não circulante		
IR/CS	-	-	3.569	4.808
	-	-	3.569	4.808

O valor de IRRF no Ativo Circulante, refere-se à retenção na fonte do imposto sobre o rendimento de aplicações financeiras; a empresa tem a expectativa de realizar o saldo integralmente no próximo exercício, principalmente com a compensação de recebimentos de JCP. No exercício de 2024 houve redução devido a utilização para compensação do imposto de renda gerado na venda das ações da Energias do Brasil.

Prática contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do exercício.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

a) Avaliados pelo Patrimônio Líquido

A ELETROPAR detém participações societárias nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nestas empresas, o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
ISA Energia (anteriormente denominada CTEEP)	PN	4.800.800	0,73
EMAE	PN</		

Destinação do resultado

Lucro líquido do exercício	26.043
Reserva legal	(1.302)
Dividendos mínimos obrigatórios	(6.185)
Dividendos adicionais propostos	(10.364)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(8.192)
Saldo do exercício a distribuir	—

A destinação será encaminhada à Assembleia Geral Ordinária para aprovação da distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2024, no percentual de 62,29% sobre o lucro líquido, acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 41, §1º do Estatuto Social da ELETROPAR, no valor total de R\$ 16.549, equivalente a R\$ 1,406617999 por ação(ON), da seguinte forma:

- R\$ 8.122 correspondente a R\$ 0,690377674 por ação ordinária, já distribuído de forma antecipada em 03 de fevereiro de 2025 (vide nota 20); e
- R\$ 8.426 a distribuir, correspondendo a uma distribuição de R\$ 0,716240668 por ação ordinária.

12.4 - Ajustes de avaliação patrimonial

Referente aos registros dos outros resultados abrangentes originados pela variação dos valores dos investimentos avaliados a mercado, bem como aos registros dos valores apresentados nas empresas investidas avaliadas por equivalência patrimonial.

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

A ELETROPAR possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 13 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o lucro líquido do exercício e o lucro da alienação de ativos disponíveis para venda registrados como Outros Resultados Abrangentes, e o número de ações emitidas.

31/12/2024		
Numerador	Ordinárias	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	26.043	26.043
Lucro do exercício	26.043	26.043
	Ordinárias	
Denominador	11.764.889	
Resultado por ação básico (R\$/ação)	2,21360537358	

31/12/2023		
Numerador	Ordinárias	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	19.130	19.130
Lucro do exercício	19.130	19.130
	Ordinárias	
Denominador	11.764.889	
Resultado por ação básico (R\$/ação)	1,62602618605	

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a ELETROPAR divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da ELETROPAR pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a ELETROPAR presume o exercício, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores, sendo seu único efeito diluidor a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

NOTA 14 – GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

14.1 - Fatores de Risco Financeiro

I Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui, em sua carteira de investimentos, participações societárias com cotação em bolsa de valores, o risco de mercado surge da volatilidade nos preços das ações dessas companhias investidas.

II Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras em renda fixa da Companhia são representadas pelo investimento em CDB Bradesco e nos Fundos Extramercado mantidos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boa avaliação de *rating de risco*.

III Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras nos Fundos Extramercado mantidas no Banco do Brasil, Bradesco e na CEF são lastreadas em títulos federais e privados, sendo remuneradas pela taxa média da SELIC. O risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira dos Fundos sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- a) **Risco de Taxa de Juros** - A rentabilidade do Fundo pode ser impactada pela flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Fundo, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) **Risco de descasamento** - O desempenho do Fundo Referenciado poderá não refletir integralmente o desempenho do seu *benchmark*, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações regulatórias. Ademais, o risco de não-aderência ao *benchmark* pode ser incrementado em função da maior flexibilidade na gestão da Carteira do Fundo.
- c) **Risco de vinculação a um benchmark** - O *benchmark* do Fundo Referenciado poderá ter resultados negativos, resultando em perdas para o Fundo.
- d) **Risco de juros pós-fixados (CDL, TMS)** - os preços dos ativos podem variar em virtude dos *spreads* praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS (Taxa Média Selic).
- e) **Risco de liquidez** - Consiste no risco de o Fundo, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretam falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado.

A falta de liquidez poderá provocar a venda de ativos com taxas de descontos superiores àquelas observadas em mercados líquidos.

f) **Risco de mercado** - Refere-se à possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições, que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN. Este risco é não diversificável.

g) **Risco regulatório** - eventual interferência no mercado de órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pode impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Sensibilidade do rendimento de aplicações financeiras para a Selic

Rendimento das Aplicações Financeiras			
Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
13,25%	13,25%	15,24%	11,26%
6,728	6,728	7,728	4,967

*Taxa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Para análise de sensibilidade foi considerado como cenário-base a média da taxa Selic atual de 13,25% a.a. e da mesma forma, como provável, a projeção da taxa de 13,25% a.a., sendo considerado como cenário remoto e possível a variação de 15% para cima e 15% para baixo em relação ao cenário provável, respectivamente. A tabela acima traz uma estimativa do impacto de cada um desses cenários no rendimento das aplicações financeiras da Companhia.

IV Risco de crédito das operações com a Eletrobrás

Desde fevereiro de 2020 a Eletrobrás passou a pagar, regularmente, dentro dos prazos de vencimento, a remuneração referente ao direito de uso das fibras óticas (ROW – *Right of Way*). Porém, considerando a situação financeira atual desta investida, cujo passivo a descoberto é no valor de R\$ 149.454, conforme registrado na DF 2024 desta companhia, a ELETROPAR reconhece, nas suas demonstrações contábeis, provisão quanto à totalidade dos créditos vencidos e a vencer registrados contra a Eletrobrás.

14.2 - Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, através dos seus representantes no Conselho de Administração, é quem orienta a política plurianual de investimentos da Companhia. A ELETROPAR possui um Comitê de Investimentos que tem a responsabilidade de sugerir e operacionalizar a alocação dos seus investimentos, mantendo a Administração informada. O capital da Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar os seus acionistas, bem como amortizar o seu custeio e realizar novos investimentos.

14.3 - Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo.

Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços associados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimentos.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente semelhante (apreçamento por múltiplos), de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento por opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca livre e com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

As tabelas a seguir apresentam os ativos da Companhia mensurados ao valor justo por meio de resultado em 31/12/2024 e em 31/12/2023.

31/12/2024		
Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA Investimentos	21.688	—
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - VJM R:	—	68.753
Títulos e valores mobiliários	21.688	68.753

31/12/2023		
Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJM ORA Investimentos	25.331	—
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - VJM R:	—	61.268
Títulos e valores mobiliários	25.331	61.268

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a ELETROPAR for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado - VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes - VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os fornecedores e outras contam a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

31/12/2024		31/12/2023	
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado			
Remuneração de investimentos	9.633	8.994	
Valor Justo por meio de resultado			
Títulos e Valores Mobiliários	68.753	61.268	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Investimentos (Participações Societárias)	21.688	25.331	
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado			
Partes relacionadas	—	242	
Fornecedores	209	489	

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 - Principais transações ocorridas no exercício de 2024

31/12/2024		31/12/2023	
RESULTADO			
Gastos com pessoal requisitado	40	416	
Aluguel	—	202	
Auditoria Externa	—	25	
	40	643	
ISA ENERGIA			
ATIVO			
Participação Societária	127.981	112.380	
	127.981	112.380	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros resultados abrangentes	1.369	(2.783)	
	1.369	(2.783)	
	31/12/2024	31/12/2023	

31/12/2024		31/12/2023	
RESULTADO			
Resultado com participações societárias	25.490	20.701	
	25.490	20.701	
EMA E			
ATIVO			
Remuneração de investimentos	—	(1.577)	
Participação Societária	16.822	15.431	
	16.822	13.854	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros resultados abrangentes	—	(659)	
	—	(659)	

31/12/2024		31/12/2023	
RESULTADO			
Resultado com participações societárias	319	1.736	
	319	1.736	

16.2 - ELETRONET e Cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletrobrás e com as empresas Cedentes é apresentado na Nota Explicativa nº 7. O valor de contas a receber de partes relacionadas no total de R\$ 1.793 refere-se ao faturamento mensal das empresas Cedentes.

16.3 - Remuneração dos Diretores e Conselheiros

31/12/2024		31/12/2023	
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros ¹	995	846	
Encargos Sociais	287	209	
Benefícios	19	77	
	1.301	1.132	

¹ A elevação da remuneração de Diretores e Conselheiros ocorreu devido à ocorrência de 2024, não recorrente, do salário dos membros do Comitê Especial Independente, criado com o objetivo de avaliar a incorporação da Eletropar pela Eletrobrás, no valor total de R\$ 150.000.

Prática contábil

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes. Os processos negociais e decisórios devem ser eletivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 17 – ATIVOS MENSURADOS A VALOR JUSTO

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mensurados a valor justo em 31 de dezembro de 2024:

31/12/2024		31/12/2023	
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	21.688	25.331	
Total Ativo	21.688	25.331	

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. No exercício de 2024 não foram efetuadas operações com renda variável por motivos estratégicos da companhia.

NOTA 18 - PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasional uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Entretanto, cumpre destacar que o histórico das relações processuais trabalhistas que envolvem ELETRONET e ELETROPAR como rés solidárias não registra evento em que a ELETROPAR tenha, ao fim, arcado com qualquer valor relativo a eventuais condenações. Ou seja, a investida ELETRONET sempre assumiu a totalidade da responsabilidade pelo pagamento das condenações, tendo em vista que elas resultam de questões surgidas durante o vínculo empregatício mantido entre o trabalhador e a ELETRONET. A ELETROPAR apenas figura/figurou como ré solidária nessas ações devido ao fato de deter 49% das ações da ELETRONET.

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Reclamação nº 0100386-09.2021.5.01.0015, cujo reclamante é Carlos Eduardo Silva passou a ter classificação de risco de perda Remoto, uma vez que o acordo celebrado entre o reclamante e ELETRONET foi cumprido. A ELETRONET pagou ao reclamante o valor de R\$ 1.450 em 12 parcelas, com quitação total em julho de 2024. Embora a ELETROPAR, na decisão de homologação do acordo, tenha sido excluída de qualquer responsabilidade sobre o acordo e quaisquer obrigações neste processo, o cumprimento do acordo pela ELETRONET foi acompanhado pela ELETROPAR.

A Companhia possui 1 (um) processo trabalhista com risco de perda classificado como possível:

- 1 - Reclamação nº 0100834-08.2023.5.01.0016, cujo reclamante é Jean Souto Monte Novo. O valor atribuído à causa é de R\$ 757, estava em 31 de dezembro de 2024 aguardando sentença.

A Companhia possui 2 (dois) processos administrativos tributários com risco de perda classificado como possível:

- 1 - Processo Administrativo nº 12448-905.657/2023-90. A Receita Federal do Brasil, Despacho Decisório nº 3614713, não reconheceu o crédito decorrente de Saldo Negativo de IRPJ do Exercício 2019, pleiteado por meio do PER 33325.94500.250221.1.2.02-7075, deixando de homologar as compensações a ele vinculadas e exigindo o saldo remanescente no valor principal, acrescido de multa e juros. O valor do débito não compensado atualizado para dezembro de 2024 é de R\$ 315.

- 2 - Processo Administrativo nº 12448-905.658/2023-34. A Receita Federal do Brasil, no Despacho Decisório nº 3614524, não reconheceu o crédito decorrente de Saldo Negativo de IRPJ do Exercício 2020, pleiteado por meio do PER 29499-24371.250221.1.2.02-9014, deixando de homologar as compensações a ele vinculadas e exigindo o saldo remanescente no valor principal, acrescido de multa e juros. O valor do débito não compensado atualizado para dezembro de 2024 é de R\$ 1.612.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

No exercício de 2024 não houve transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa e que, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

O conselho da Administração aprovou em reunião realizada em 25 de janeiro de 2025 o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 8.122, com base no lucro apurado em 30 de setembro de 2024, correspondendo a uma distribuição de R\$ 0,690377674 por ação ON, pagos em 03 de fevereiro de 2025, com data de corte em 24 de janeiro 2025.

Em fevereiro de 2025 foi proferida sentença na Reclamação Trabalhista nº 0100834-08.2023.5.01.0016, cujo reclamante é Jean Souto Monte Novo, condenando a ELETROPAR a pagar, de forma subsidiária, o valor de R\$ 585. A Companhia está recorrendo da decisão.

O Conselho de Administração da Eletropar, em reunião realizada em 27 de março de 2025, aprovou a relação de troca de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Eletropar (LIPR3) por 0,80 (zero vírgula oito) ação ordinária de emissão da Eletrobras (ELET3) e encaminhou para aprovação dos acionistas, através de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Companhia pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A ("Eletrobras").

DIRETORIA	
Raul Balbi Sollero <	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada nesta data, examinaram: (i) a Proposta da Administração, inclusive em relação à destinação do Lucro líquido, Orçamento de capital e retenção de lucros; (ii) a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; (iii) a Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes; (iv) o Balanço Patrimonial; (v) a Demonstração do Resultado do Exercício; (vi) a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; (vii) a Demonstração dos Fluxos de Caixa; (viii) a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, tudo relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e aprovados pelo Conselho de Administração, de acordo com a Ata nº 7 da Reunião do Conselho de Administração da Eletropar, realizada nesta data. Foi examinado também o Relatório do Auditor Independente BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Ltda. (BDO), datado de 31 de março de 2025, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, que apresentou ressalva reflexa em razão de problemas na mensuração do ativo não circulante mantido para venda na investida EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. A EMAE possui terrenos avaliados em R\$ 211.470 mil, que são mensurados ao valor justo com base em laudos de avaliação. No entanto, a auditoria independente da EMAE identificou que o laudo não incluiu todas as informações necessárias para essa mensuração. Como resultado, não foi possível da auditoria independente da Eletropar concluir se haveria a necessidade de ajustes no investimento da Eletropar em 31 de dezembro de 2024, decorrente desse assunto. Em 31 de dezembro de 2024, a Eletropar registrou uma participação acionária na EMAE de 1,42% somente em ações preferenciais, demonstrando que não possui controle ou influência sobre as decisões da EMAE. Esta participação representou um investimento avaliado em R\$ 16.822 mil, com uma equivalência patrimonial de R\$ 816 mil. Assim sendo, e com base nos documentos acima elencados, o Conselho Fiscal concluiu que a documentação se encontra em condições, exceto pela ressalva reflexa apontada pela auditoria independente BDO sobre os números apresentados pela EMAE, e que pode ser submetida à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

Luiz Eduardo dos Santos Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Bruna Reis de Arantes
Conselheira Fiscal

Jorge José Teles Rodrigues
Conselheiro Fiscal

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2025

O orçamento de capital proposto para 2025 por decisão estratégica da Companhia é de R\$ 16,1 milhões, o que permite a viabilização da reestruturação societária, através da incorporação da Eletropar pela Holding Eletrobras, a ser aprovada por ambas as governanças, considerando neste ano, uma geração operacional de caixa de R\$ 20,7 mil.

Neste contexto, a Companhia propõe a retenção de lucros no valor de R\$ 8.192 mil, referente ao resultado não distribuído do exercício e, além disso, um valor adicional contabilizado R\$ 183 mil referente a baixa de dividendos prescritos de exercícios anteriores, totalizando R\$ 8.375 mil a ser acrescido ao saldo de reserva de lucro alcançando cerca de R\$ 76.609 mil ao final do exercício de 2024.

A Companhia preserva recursos em caixa adequados para manutenção de suas operações normais e para oportunidades de eventuais novos negócios.

Portanto, o orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral, por proposta do órgão da Administração segue conforme abaixo:

APLICAÇÕES DE CAPITAL E FONTES DE RECURSOS - 2025

	Em R\$ mil
Aplicações de capital	16.100
Fontes de Recursos:	
Geração operacional de caixa	20.706
Retenção de Lucros do art. 196 da LSA	8.375
Saldo Reserva Retenção de lucros	76.609

As fontes para a cobertura desse orçamento são oriundas de recursos próprios da Companhia.
Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

Raul Balbi Sollero

Diretor-Presidente

Ivo Sergio Baran

Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eletropar Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropar Participações S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

Base para opinião com ressalva

Ativo não circulante mantido para venda na investida EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui investimento na EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE"), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 16.822 mil, sobre o qual foi apurada equivalência patrimonial de R\$ 816 mil. A companhia investida possui terrenos classificados como ativo não circulante mantido para venda, no montante de R\$ 211.470 mil, os quais são mensurados ao valor justo, com base em laudos de avaliação elaborados por especialistas internos, e, durante a realização de procedimentos de auditoria, foi identificado que o laudo que apoiou o processo de registro e mensuração dos terrenos na data base, não contemplou todas as informações e análises necessárias relevantes para mensuração do terreno ao valor justo. Dessa forma, considerando os elementos e documentos fornecidos não foi possível concluir sobre a mensuração dos terrenos avaliados a valor justo no montante de R\$ 211.470 mil por meio de outros procedimentos de auditoria, assim como dos valores apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e a necessidade de mensurar os possíveis efeitos desses assuntos nos respectivos saldos comparativos. Como consequência, não nos foi possível determinar, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, se haveria a necessidade de ajustes no investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2024, decorrente desse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Processo de incorporação da Companhia à sua controladora

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2 e 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em complemento ao fato relevante divulgado em 11 de agosto de 2023, no âmbito do processo de uma potencial incorporação da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR pela controladora Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, onde, em 27 de março de 2025 foi aprovado por unanimidade proposta para incorporação, com a consequente sucessão, de maneira universal, em todos os ativos, direitos e obrigações da Eletropar pela sua controladora Eletrobrás. Desta forma, o processo de incorporação será concluído após aprovação final em Assembleia Geral Extraordinária com data prevista para 29 de abril de 2025. Essas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Direitos e obrigações com a Eletrobrás e empresas cedentes	Respostas da auditoria ao assunto
A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletrobrás S.A. ("Eletrobrás") para as empresas cedentes do Grupo Eletrobras. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletrobrás e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos. No contrato celebrado entre a Companhia e as empresas cedentes, foi estabelecido que a Companhia responderá, solidariamente, com a Eletrobrás, pelas obrigações a ela atribuídas neste contrato, importando o descumprimento de quaisquer obrigações pertinentes à Eletrobrás, em inadimplemento da Companhia.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo com credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com saldos contabilizados na Companhia; • Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletrobrás e confrontamos os saldos registrados contabilmente na Companhia; • Avaliamos também, a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletrobrás e as cedentes. Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.
Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletrobrás e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletrobrás, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletrobrás.	
Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletrobrás.	
Atualmente a Eletrobrás possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletrobrás integralmente provisionado.	
Em função dos aspectos acima, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria.	

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de Normas Contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 21 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "Normas Contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/F

Monika Marielle Du Mont Collyer

Contador CRC 1 RJ 091300/O-6

